

5. As moedas sociais e desenvolvimento comunitário/ local

O capítulo apresenta as informações e análises referentes à visão dos participantes sobre a moeda social com vista a identificar o alcance da experiência e sua relação com um projeto e a sociedade. Trata também sobre os objetivos dos clubes e dos bancos e sua relação com as pretensões de transformação e conquistas e finalmente as implicações no local do ponto de vista das redes, articulações e espaços públicos assim como do ponto de vista ambiental.

5.1. A visão dos participantes sobre a moeda social

As respostas obtidas junto aos bancos revelam quatro vertentes que se buscou compor em vertentes de acordo com as abordagens. Todavia, não são visões que se chocam, apenas ressaltam aspectos mais relacionados à história de suas experiências e compreensões e à pluralidade democrática.

A primeira vertente vê a moeda social “pela necessidade de um circulante local para ampliar a renda, melhorar a produção e o consumo”, entre estes “o objetivo é estimular a produção local através de uma linha de financiamento (microcréditos) e outra linha que estimula o consumo local, através de um cartão de crédito próprio”; “a moeda complementa em torno de trinta por cento da renda das famílias e tem permitido gerar atividades de trabalho”; a moeda social “considerada pela credibilidade da associação, é um instrumento de alavancagem para o consumo mais equilibrado. O usuário fica fascinado, sai do fiado na caderneta e o crédito não é favor, tem respeito, auto-estima. Se liberta”.

A segunda vê a moeda como uma “estratégia ou uma ferramenta para desenvolver a comunidade, dinamizar a economia local – serviços e produtos, além de estabelecer trocas de responsabilidades e ajuda mútua; “é o *nosso* dinheiro. Ela gera desenvolvimento porque gira dentro do nosso município, em especial nos nossos bairros”; “faz circular as riquezas dentro da comunidade local, cria uma identidade local, sentido de pertença, está ligada a realidade das

comunidades. Com o crédito a juros zero estarão acessando créditos produtivos e de consumo, se ajudando e ajudando o seu próximo, acessando o crédito de forma segura, sendo que essas pessoas, não são clientes e sim donas do banco. O “banco para que possa crescer é necessário que cada um tenha espírito comunitário e de empreendedor solidário”.

Uma terceira vertente apresenta uma visão da moeda social associada às transformações das condições de vida e ao consumo para a inclusão social. “o Banco Comunitário é tão importante para iniciar os processos de inclusão e transformação social, como a linha de crédito para estimular a produção local. É certo que quanto maior for o número de famílias beneficiadas no município, maior será a riqueza gerada localmente. Isso favorece as populações gerando trabalho e renda”; “a moeda vai transformar a vida, incentivar as pessoas a produzirem e consumirem na comunidade. Aumenta a auto-estima das pessoas e valoriza o trabalho”; “é um meio de integração e cidadania”.

Finalmente, a quarta visão considera importante a moeda social, mas aponta algumas dificuldades com as quais se depara “acreditam que a moeda social melhorará a vida deles, porém, a população ainda não tem uma boa relação com o banco devido a problemas políticos partidários”; e, “em primeira mão, tem gente que confunde até com banco imobiliário. Na verdade de todos os bairros compreendidos pelo banco, somente oito possuem estabelecimentos que aceitam a moeda social”.

Na visão dos atores envolvidos com os clubes, identificamos três vertentes que não se contradizem, às vezes até se complementam, mas enfatizam, também, aspectos diferenciados que consideramos na integridade. A primeira vertente apresenta uma visão mais relacionada ao exercício operativo das trocas, seus princípios e limites atuais, como: “o clube é instrumento facilitador das trocas porque as pessoas não têm dinheiro, é uma renda alternativa, não deve ser acumulada ou vendida”; “a feira é um espaço de sociabilidade e de convivência onde a moeda facilita a troca e obtenção de produtos e serviços”; “o que falta para

ela (moeda social) se tornar um instrumento da comunidade para o desenvolvimento é divulgação e propaganda”.

A segunda vertente está mais relacionada à visão de uma prática cultural cotidiana crítica – na produção e nas relações sociais e no significado das trocas: “a moeda social é uma economia pós-capitalista”, “o papel (dinheiro) não tem valor, a moeda social tira a ganância do dinheiro e do poder e faz com que as pessoas resgatem a dignidade humana; a moeda funciona como um exercício de rever valores culturais”; “o mercado de trocas valoriza o trabalho e a produção dos participantes e isso aumenta a auto-estima das pessoas envolvidas”; também afirma o papel da moeda social como “facilitadora das trocas nas feiras contraponto a idéia de uma moeda vigente que é acessível à algumas pessoas mais desenvolvidas e os que estão à margem não têm”; “defendemos que nossos atos, produtos, serviços e saberes podem responder a normas éticas e ecológicas, antes que, aos ditados pelo mercado do consumo e da busca do lucro a curto prazo. As pessoas podem sair dessa visão com a moeda social”.

A terceira apresenta uma combinação das anteriores, embora explicita a relação com a economia solidária e com o meio ambiente e impactos sociais esperados. Têm a visão da moeda social como “meio de distribuição da riqueza”. Assim, compreendem que a moeda “é capaz de melhorar a condição de vida da comunidade e trazer grande impacto social na perspectiva de consumo, e de distribuição da riqueza gerada na comunidade”; “as trocas solidárias incitam à consciência dos princípios da economia solidária, como autogestão, solidariedade, confiança, valorização das capacidades e dons do ser humano, consumo responsável, cuidado de si e do planeta, e é devido a sua relevância que está presente no marco referencial do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária”. “Desta forma, em cada Estado onde acontece a feira de economia solidária, a realização das trocas solidárias com o uso de moeda social ou por trocas diretas, durante toda a feira ou num momento pontual, está garantido como um espaço de formação e difusão desta prática”.

As falas das pessoas entrevistadas falam por si mesmas. Tais visões corroboram para a análise e para o amadurecimento acerca das experiências vinculadas a uma necessidade de sair do desemprego, do isolamento, do desconhecimento, da desigualdade entre outros para uma nova condição de vida, sendo esta pautada por princípios ecológicos, equânimes, democráticos que vão tecendo no cotidiano das práticas associativas decisões e ações para uma dinâmica econômica que é alimentada pelas trocas com moeda social. A moeda tem um sentido em si mesmo pelo que proporciona, todavia está implicada no propósito de transformar a realidade e democratizar o acesso à riqueza, o que implica necessariamente na circulação da moeda. Assim, as experiências têm buscado uma forma de quebrar as regras impostas pela economia da escassez e nisso vão gerando novos saberes, novos valores e uma ética¹.

O objetivo de cada uma das atividades ao disponibilizar moeda social para os usuários é ampliar a capacidade aquisitiva dos participantes como um mecanismo ou estratégia de democratizar os meios de acesso a bens econômicos e simbólicos. Ao buscarem condições de acesso com as moedas sociais, os bancos e clubes expressam novas sociabilidades e atuam em espaços públicos de proximidade².

5.2. Os objetivos das organizações

As respostas dos entrevistados e entrevistadas, de certa maneira, se confundem com as motivações e visões dos participantes, apresentadas anteriormente.

Alguns clubes têm objetivo relacionado diretamente à geração de trabalho, renda, produção e consumo, ou seja: “para gerar um espaço onde quem não tem dinheiro tem poder de compra; e criar um mercado de troca endógeno”; “A partir do clube existe a possibilidade de formação de grupos de produção”.

¹ SINGER, 2003; ALBUQUERQUE, 2003; SORIANO, 2002.

² Como França Filho e Laville (2004) enfatizam.

Outro conjunto de respostas apresenta a relação trabalho, consumo, conhecimento e convivência. O objetivo é para: “entrosamento dos moradores do prédio com a comunidade, implantar atividades de lazer e incentivar reciclagem dos resíduos”; “fazer amizade, trocar conhecimentos”; “divulgar o trabalho, inclusive para além das trocas no clube”; “suprir as necessidades que nem sempre são de produtos, mas de convivência (afetos, emoções, relação de confiança) e educativos”; “espaço para integração e de conhecimento entre as pessoas”; “adotar e integrar para evitar que os traficantes adotem as pessoas”; “promover as pessoas da comunidade, principalmente àquelas que estão à margem, não só para geração de trabalho e renda, mas também de gerar novos saberes e idéias”; “promover a participação”; “resgatar o uso de plantas medicinais e a valorização de hábitos alimentares tradicionais”.

Outros clubes explicitam os objetivos relacionados ao desenvolvimento local sustentável, à cidadania e a inclusão social, como se pode observar: “desenvolver com as famílias da comunidade os princípios da economia solidária mediante os encontros de trocas de produtos, saberes e serviços buscando o desenvolvimento e sustentabilidade local”; “promover a cidadania e a inclusão dos moradores adultos de rua no mercado de trabalho, através de oficinas educativas e profissionalizantes, visando a geração de renda a partir da produção e comercialização de produtos e serviços”; “estimular e facilitar o intercâmbio de produtos, serviços e saberes entre os participantes, criando, dessa forma, um círculo econômico virtuoso através da introdução desse meio de troca (a moeda social)”.

Os bancos objetivam “buscar a melhoria da qualidade de vida e a geração de emprego e renda, na perspectiva do desenvolvimento local e cidadania”; “e o combate à exclusão social e a pobreza”; “apoiar a iniciativa dos grupos de produção do município”; “na perspectiva da economia solidária cooperando com os empreendimentos produtivos auto-gestionários”; “garantir a valorização do mercado interno; possibilitar a inclusão bancária, educação social e política, além de promover o desenvolvimento sustentável do território étnico”; “reforçar a comercialização dos produtos dos assentados, fortalecer o comércio local e dar

suporte na compra da merenda escolar e fazer o dinheiro circular no município”; “fazer com que a riqueza seja gerada e consumida localmente”.

O que se apreende do descrito acima é que os bancos relacionam o consumo e a geração de trabalho e renda à dinamização local (do bairro, favela ou município). Entendem que esta iniciativa favorece a circulação local da riqueza, ou seja, aquilo que é produzido no local precisa ser prioritariamente consumido no local.

Alguns deixam mais explícita a relação do banco com as políticas sociais, o fortalecimento étnico, a cidadania e o desenvolvimento sustentável. Embora os clubes enfatizem as mesmas questões, as respostas também trazem objetivos relacionados à convivência social e à cultura, como se pode atestar acima. Essas questões são analisadas no sentido de observar distintas sociabilidades.

Algumas diferenças existem na movimentação operacional pelos dois tipos investigados: o clube troca bens e serviços e os bancos emprestam e fazem câmbio de moedas (oficial e /ou social). O banco comunitário ao favorecer o acesso à moeda social como um princípio democrático de acesso para todos visa “fomentar uma dinâmica de dívidas e créditos a favor de uma perpetuação das relações sociais”. [Por sua vez, os clubes de troca se encontram] “essencialmente fundados numa dimensão reciprocitária.”³ Assim, por que os dois tipos de organizações não coexistem no mesmo espaço territorial? Por que um clube é secundarizado quando se constitui um banco? Os participantes consideram que o banco substitui o clube? A Sondagem não tem condições de avançar nesta análise, mas considera importante a reflexão sobre isto.

5.3. A movimentação das moedas

Nas trocas com a moeda social em localidades onde ela é praticada pelos bancos, a Sondagem identificou que o comércio é a atividade econômica onde mais se aceita a moeda social. São mercadinhos, farmácias e padarias que

oferecem uma porcentagem de desconto que beneficia os usuários das moedas. No geral, o consumo é de alimentos, gás, papelaria, vestuário para bebê,

³ FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 167.

remédios e material de construção. Um exemplo de ganho da renda com a moeda social é apresentado pelo Banco Bem: “com a moeda social o pão custa R\$ 2,99 e pago em reais custa R\$ 3,99”, o ganho é de R\$ 0,10 centavos, a cada compra.

Pagamento em moeda social também é feito no transporte urbano alternativo de Fortaleza que atende o Conjunto Palmeiras, no qual os usuários do Banco Palmas têm desconto. O mesmo é relatado pelo Quilombola de Alcântara com as motos táxi e o Banco do Cocais, embora não tenha especificado o tipo de transporte. Além deste serviço, foram relatados outros como borracheiros, salões de beleza, *lan house* e bares. O Bassa, além de outros, tem parceria com um restaurante, o benefício para o usuário da moeda “no comércio chega a quase 3% de desconto e no restaurante, na compra de um almoço com moeda Santana, se ganha um suco.

O Banco dos Cocais, embora recente, disse que a “circulação (da moeda social) é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe desconto promovido pelos comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no município/bairro”. Esta mesma concepção tem o Quilombola de Alcântara com o depoimento seguinte: “a valorização do mercado interno, descontos em estabelecimentos da rede comercial local e a geração de trabalho e renda dentro da comunidade” é o benefício trazido pela moeda social. Em síntese, representa o propósito dos bancos com a moeda social.

As informações concedidas, e acima expostas, assim como as visitas realizadas aos locais, permitem afirmar que há um processo em expansão no uso da moeda social para o consumo de bens e serviços econômicos e culturais (alimentos, vestuários, moradia, transporte, salão de beleza, *lan house*). Todos refletem a busca dos usuários no sentido do pertencimento. Ao analisar o conjunto (bancos e usuários) percebe-se uma ação entre os membros de uma comunidade ou municipalidade para encontrar alternativas e soluções para a exclusão e a desigualdade social. É nesse movimento que reside a importância social e política

dos bancos comunitários e afins, pois demonstram uma outra forma de tratar a relação da moeda sem separá-la da dimensão econômica, social e

profundamente cultural e política, o que expressa um sentido de sociedade que se vive e que se quer construir.

A utilização de moedas sociais em um determinado território é vista como instrumento de desenvolvimento local pelo estudo preliminar do Banco Central ao favorecer dinâmicas econômicas locais e com impacto macroeconômico que não tem sido significativo. [...] Além disso, “podem reduzir a necessidade de meio circulante (dinheiro, cheques ou depósitos à vista) sem gerar riscos sistêmicos devido ao represamento da circulação no local [...] isolada e independente do sistema bancário”.⁴

⁴ FREIRE, 2007, p. 18-19.

Quadro 5 – Volume de Recursos Movimentados ao ano

banco	2004		2005		2006		2007		total real 06/07		total moeda social 06/07	
	real	m.social	real	m.social	real	m.social	real	m.social	NA	%	NA	%
Palmas	30.000,00		100.000,00		180.000,00		250.000,00	20.000,00	430.000,00	46,90%	20.000,00	27,48%
Eco-Luzia			7.000,00		15.000,00		37.000,00	3.935,00	52.000,00	5,67%	3.935,00	5,41%
Bem						5.000,00	231.175,77	8.266,00	231.175,77	25,21%	13.266,00	18,23%
Terra			2.000,00		10.000,00	4.500,00	7.000,00	1.200,00	17.000,00	1,85%	5.700,00	7,83%
Pire	56.322,00		132.240,00		55.127,00	4.500,00	89.714,00	8.500,00	144.841,00	15,80%	13.000,00	17,86%
Bancart							2.700,00	4.160,00	2.700,00	0,29%	4.160,00	5,72%
Paju							30.000,00	5.000,00	30.000,00	3,27%	5.000,00	6,87%
Cocais							7.677,61	4.674,00	7.677,61	0,84%	4.674,00	6,42%
Alcântara							774,00	2.650,00	774,00	0,08%	2.650,00	3,64%
Bassa			500,00	700,00	400,00	200,00	300,00	200,00	700,00	0,08%	400,00	0,55%
Rubem Berta									0,00		0,00	
total	86.322,00	0,00	241.740,00	700,00	260.527,00	14.200,00	656.341,38	58.585,00	916.868,38	100,00%	72.785,00	100,00%

5. 4. O trato com a questão ambiental

A maioria dos clubes se preocupa e atua no meio ambiente. Entre as atividades, a reciclagem de resíduos sólidos e orgânicos é praticada por seis clubes, sendo que três destes trabalham reciclando o óleo de cozinha para fazer sabão; um clube desenvolve numa escola apoio a uma composteira de resíduos orgânicos na qual se produz adubo que é levado para as trocas; outro produziu sacolas de pano para substituir as sacolas de plástico. Já outra experiência compra os resíduos, o que tem colaborado para que haja uma coleta seletiva e mais intensa do lixo, melhorando as condições de limpeza e higiene do entorno.

Existem aqueles que atuam na educação ambiental e assim “refletimos sobre os produtos que entram no mercado de trocas com base nos três “R” – reduzir, reciclar e reutilizar”. Alguns clubes já nasceram envolvidos com a luta ambiental, como ficou claro no capítulo 4. Outros fazem ações de pintura (com tinta do grupo) no espaço físico que utilizam, plantam no jardim, têm uma visão de cooperação com os funcionários e deixam o local sempre limpo após a reunião das trocas; redução da poluição no Rio Cascata (RJ) com o replantio de mudas nativas; trabalham na sua maioria com produtos orgânicos nas trocas.

Um clube manifestou desta forma sua relação com o meio-ambiente: “esta comunidade está localizada próxima a mananciais e de uma rodovia bastante movimentada que coloca em risco a vida das crianças no acesso à escola, pois precisam atravessá-la. O grupo já fez mobilização e colheu assinaturas em defesa da vida dos moradores da comunidade. Também fez curso de capacitação junto a Agencia do Trabalhador do município em áreas que atendam as demandas de trabalho das famílias da comunidade”. Mas, cinco clubes não informaram atividades na dimensão ambiental.

As preocupações com as ações que incidem sobre o meio ambiente são constantes entre os bancos, também. Alguns “buscam alternativas que substituam as atividades danosas ao meio ambiente como, por exemplo, a

plantação de hortaliças com base na agroecologia substituindo a olaria e também planejando

projetos de reciclagem e coleta seletiva do lixo”. Um entrevistado disse que “apesar de não fazer uma análise detalhada dos danos causados na comunidade, tem a preocupação de implantar uma coleta seletiva do lixo”. “Atua constantemente na conscientização dos assentados para a não utilização de agrotóxicos e a prática das queimadas”.

Outra ação efetiva neste sentido é a criação da linha de crédito habitacional que vem incentivando a construção de moradias com a utilização de tecnologias limpas: tijolo ecológico, piso artesanal com material reciclado, aquecedor solar de baixo custo e sistema de captação de água de chuva. E a educação ambiental e a questão do lixo, que é um grande problema nas encostas dos morros.

5.5. A participação e construção de redes, fóruns e outros espaços

Os entrevistados e entrevistadas de bancos e clubes retrataram uma forte articulação e participação em fóruns, redes e outros espaços de democracia direta.

Participam dos fóruns de economia solidária no estado ou no município, nove bancos e nove clubes. O fato de estarem inseridos nestes fóruns reflete uma visão sobre finanças solidárias pelos membros dos bancos, não relacionada a uma concepção de oferta de crédito, apenas. Entendem que as finanças solidárias incluem serviços de crédito, de poupança, de seguro, de redes e diferentes formas de cooperação. Esses fóruns também integram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, donde se pode constatar que os bancos e clubes não são práticas isoladas e pontuais. Além disso, as organizações e grupos buscam uma identidade própria que se concretiza na construção da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e na Rede Nacional de Mercados de Trocas.

Alguns bancos têm assento em conselhos estaduais de economia solidária e conselhos de segurança alimentar e integram fóruns para o desenvolvimento local integrado e sustentável; os clubes nos coletivos metropolitanos, fóruns regionais, e de fóruns municipais, observou-se um terço dos clubes.

No nível local das comunidades, bairros e municípios, onde estão inseridos, os bancos participam de redes e articulações com produtores, federações de entidades filantrópicas, fórum de assentados e centros de desenvolvimento local.

Algumas pessoas que compõem os clubes participam em outros espaços como em conselhos de saúde municipais e de conselhos municipais de habitação, assim como integram determinadas igrejas. Apenas um clube não respondeu.

Além das reuniões rotineiras, a atividade que aparece como a mais praticada pelos clubes é feira (de material escolar, de usados “bazar”, de arte e artesanato, de alimentos, de brinquedos, de vestuário etc). As feiras ocorrem no bairro, no município (organizada por um único clube ou por vários), nas universidades, em festivais de economia solidária ou de juventude, na grande feira de Santa Maria/ RS e no Fórum Social Mundial (FSM). A periodicidade das feiras é variável, em geral mensal ou bimestral. Mas algumas são anuais. Por ocasião das feiras quase sempre ocorrem apresentações de dança, de capoeira, sessão de cinema solidário, entre outras atividades lúdicas, de laser e esportivas.

6. A gestão e operacionalização: uma nova sociabilidade

O presente capítulo trata de aspectos relacionados à caracterização das organizações: participantes (representações e identidades sociais), número de usuários, tipos de serviços que operam. Além destas informações introdutórias, é relatado como se dá o acesso das populações ao banco e ao clube, os critérios e o processo de decisão e controle social. A gestão revela as relações de trabalho no interior das organizações e destas com os usuários de uma forma geral, através de mecanismos e instrumentos.

6.1. Características das organizações

Os clubes de troca e os bancos não têm personalidade jurídica própria. Entre os quinze clubes visitados pela Sondagem, apenas quatro se organizam através de associações de moradores. Entre os bancos, esta relação é inversa: sete são vinculados a associações de moradores e de categorias profissionais, um é vinculado a uma cooperativa; um é ligado a uma OSCIP e os outros dois são projetos de uma ONG e de um Instituto, mas todos são organizações civis sem fins lucrativos.

A maioria dos bancos comunitários, que faz parte da Rede **Brasileira de Bancos Comunitários** de Desenvolvimento (BCD), é **correspondente bancário**; Seis têm parceria com o Banco Popular do Brasil para recebimento de contas, realização de pagamento de folha de pessoal, arrecadação de impostos e concessão de crédito para produção. Dois bancos são correspondentes bancários da Caixa Econômica Federal, realizando os mesmos serviços, exceto o crédito para consumo, porém, realizam o pagamento do “Bolsa Família” e crédito para habitação.

6.2. Um esboço de perfil social

A Sondagem não tinha como objetivo fazer um diagnóstico do perfil socioeconômico, dos usuários e dos participantes diretos, da forma tradicional. As informações foram coletadas com base em algumas orientações como renda, escolaridade, gênero e etnia. Diante disto, constatou-se que em geral as populações que participam são pessoas com renda muito baixa e com baixo nível de escolaridade. Todavia, foi possível identificar profissionais liberais, funcionários públicos, artistas e autônomos, com renda um pouco maior, e com escolaridade mais elevada, que integram principalmente alguns clubes de troca.

Quanto à participação dos gêneros, a Sondagem identificou que nos clubes a participação é predominante ou quase absoluta de mulheres; enquanto que nos bancos, apenas quatro citaram uma maior predominância e quase totalidade de mulheres. Um dos quatro bancos chegou a descrever da seguinte forma: “a

maioria é mulher - provedora de família, negra, pobre, desempregada, brasiguai⁵, provenientes do meio rural”; e em alguns clubes constatamos que são mulheres donas de casa, de baixa renda, chefes de família, baixa escolaridade e com uma faixa etária acima de 40 anos de idade. Entre as mesmas existem aposentadas e beneficiárias do Programa Bolsa Família, do Pró Jovem, do Agente Jovem e do Bolsa Escola, entre outros programas da base de assistência social.

Complementando, outro clube traçou desta maneira o perfil de seus membros: “grande número de mulheres, etnia negra com renda familiar igual ou inferior a um quarto de Salário Mínimo”. Entre as mulheres existem artesãs, marisqueiras, pescadeiras, produtoras de alimentos (serviços), manicures, cabeleireiras, professoras, artistas plásticas, terapeutas, costureiras, padeiras etc. Entre os homens também existem artesãos, pescadores, produtores de alimentos (serviços) e prestadores de serviços de jardinagem e pedreiros; agentes de meio ambiente (catadores de papel) que moram na rua e que têm acima de 30 anos de idade.

Dois relatos (de um banco e de um clube) descreveram uma participação de migrantes recentes (menos de cinco anos): “veio de fora à procura de emprego”. No relato do clube estas pessoas “têm baixo poder aquisitivo, mas têm formação escolar (educação básica) e trabalham nos empreendimentos comunitários”.

Em dois bancos a composição social é de trabalhadores da agricultura familiar e em um deles participam também artesãos de tecido, redes e olaria.

Dois bancos afirmaram que a participação é da “população em geral” do município, principalmente “aquela que, em decorrência da pobreza, está vulnerável e privada de renda”; e o outro, enfatiza a participação de quilombolas.

6.3. Número de pessoas envolvidas, atendidas e apoiadas

⁵ Moradoras na fronteira Brasil – Paraguai.

A Sondagem solicitou aos entrevistados e entrevistadas o número total de pessoas envolvidas até outubro de 2007.

A maioria dos clubes (seis) tem um número de pessoas envolvidas que vai de 20 a 50 membros; logo em seguida, quatro clubes apresentam uma participação que vai de 100 a 500 participantes, sendo este último número relacionado mais à participação nas feiras, do que uma prática rotineira; abaixo vêm três clubes em que participam cerca de 20 pessoas regularmente, em cada um; e, por último existem dois clubes que reúnem 10 pessoas a cada encontro. A dinâmica entre os que participam das reuniões e os que participam das feiras é bastante variável. Constatamos, portanto, que circulam mais ou menos cerca de 1.215 pessoas em torno dos 15 clubes visitados. Percebe-se um movimento entre os clubes de se abrir para outras pessoas através das feiras de trocas solidárias ao invés de ficarem restritos ao grupo de fundadores.

Em Porto Alegre/RS, o Rubem Berta possui 380 cadastros de pessoas; no Eco-Luzia, em Simões Filho/BA, “85 famílias (95%) utilizam o banco comunitário e todos os moradores usam e reconhecem a moeda social”, que ainda é mais utilizada para consumo. No Conjunto Palmeiras, “1.400 pessoas são usuárias do Banco Palmas, destes, 640 possuem crédito ativo no banco; sendo 70% para a comercialização; 20% das operações estão ligadas à produção de bens e 10% para prestação de serviços”. Segundo o entrevistado, “90% das atividades apoiadas não têm registro formal”. Em torno de “500 a 600 pessoas são usuárias do Banco Terra”, afirma a entrevistada; no Banco Pire, em Dourados, cerca de 2.000 pessoas são usuárias e 250 empreendimentos solidários já foram apoiados com crédito. No PAJU, Distrito de Pajussara, são 54 empreendimentos atendidos. Com a moeda social foram realizados 100 empréstimos e, através da correspondência bancária com o Banco Popular do Brasil, são realizados 3.000 atendimentos/mês”; cerca de “600 pessoas/mês acessam o Bancart para o pagamento de serviços (água, luz, telefone etc) oferecidos pelo banco como correspondente bancário do Banco Popular do Brasil, assim como foram abertas 165 contas e realizados 499 pagamentos aos aposentados”; e, apenas “um empréstimo vinculado ao Banco Popular do Brasil”. No Distrito, através do Bancart, foram realizados “104 empréstimos em

moeda social no ano de 2007 e 35 empréstimos em reais pelo *Tamborete* – fundo próprio proveniente dos associados”.

O banco Bem concedeu 248 créditos divididos entre emergencial, produtivo, habitacional e consumo até novembro de 2007 e atende cerca de 300 pessoas por mês na correspondência bancária. Doze pessoas estão envolvidas na administração.

Os Bancos Cocais (PI) e Quilombola de Alcântara (MA) haviam inaugurado suas atividades em dezembro de 2007 e não tinham, portanto, como prestar esta informação. O Bassa (CE) ainda não tem uma posição consolidada para informar. Todavia, o Banco Quilombola Alcântara, em janeiro de 2008, informou que já tinha “preenchido 800 formulários para abertura de conta no Banco Popular do Brasil e que, diariamente, passavam pelo banco 20 a 30 pessoas e em dias de pico –início do mês - chegam a atender 50 pessoas por dia”.

Estes números revelam uma demanda considerável em cada comunidade e município por diferentes tipos de serviços. O fato de ofertar serviços de correspondência bancária, entre os quais receber contas e pagar benefícios sociais aos moradores, o banco realiza um serviço de utilidade pública da maior relevância, inclusive se forem consideradas as dificuldades de locomoção das pessoas para obtê-los, seja pelas distâncias nas áreas rurais, com estradas precárias e com poucos transportes, seja pela diminuição dos custos, além de proporcionar uma maior comodidade às pessoas. Pode ocasionar, também, aos bancos públicos a obtenção de um grande volume de recursos em muito menos tempo que antes, uma vez que os pagamentos são lançados *on-line* e depositados a cada dia.

Abertura de conta bancária é outro serviço proporcionado ao cidadão. O acesso a esse bem de consumo, além de, em determinados aspectos facilitar a vida no cotidiano, tem uma dimensão simbólica: o sentimento de inclusão nos padrões hegemônicos de consumo. Assim, a inclusão bancária, para os cidadãos e cidadãs, atua de certa maneira no universo dos valores culturais que considera *distinção*⁶ o fato de possuir uma conta bancária e um cartão de

⁶ BOURDIEU (1988) citado por CANCLINI, 1995, p. 55-56.

crédito. Para o banco público ter acesso a um 'cliente' que passou pelos critérios de confiança do banco comunitário representa um valor intangível porque construído por laços culturais e de sociabilidade primárias, impossíveis de serem construídos pelos bancos, cujas relações de sociabilidade secundária se dão de forma impessoal e pela função que exerce⁷.

No item sobre operacionalização, deste capítulo, voltaremos a tratar sobre esta relação de interesses múltiplos para o cidadão, o banco público e o banco comunitário.

6.4. As formas e critérios de acesso

Os critérios de acesso às vezes se confundem com as formas de acesso e como estas, também são variadas.

a) Nos clubes

Para todos os clubes uma forma de acesso é participar das reuniões e a maioria declara que o acesso é livre a todos os "prossumidores" (produtores-consumidores), ou seja, cada pessoa precisa trazer produtos e serviços para as trocas. A grande maioria das pessoas entrevistadas falou que "qualquer pessoa pode participar, mesmo não sendo do bairro", já a minoria falou na "participação apenas de moradores". Em geral, o convite é feito diretamente à pessoa por algum membro do clube. Quando acontecem as feiras, a participação é totalmente aberta às pessoas presentes e se abre um eco-banco específico e no final ele é encerrado.

O Clube N.S. do Rocio/ RS diz que "o acesso é livre independente de credo, cor, situação social etc." Uma experiência diferente é a do Clube Vivendo e Aprendendo/ MG que "para ser sócio é preciso fazer um empréstimo de \$5 Cafés – a moeda social - e deverá ser pago 60% em Real e 40% em moeda social (Café), logo na feira seguinte, ou seja, a quantidade total de moeda social em circulação tem um lastro de 60% em moeda oficial". No Clube Minha Rua Minha

⁷ CAILLÉ, 2003, p. 21-22.

Casa/ SP explica que “o acolhimento” é assim: “entra na feira e ganha duas moedas para estimular a entrar no circuito (das trocas), pode ser de qualquer lugar, é importante ter envolvimento como morador de rua ou com economia solidária”.

O critério geral é levar produtos e/ ou serviços para trocar e estar disposto a entender os princípios da economia solidária e aceitar as regras do clube. Mas, para um clube, basta “aos poucos ir se integrando na vida da comunidade”. Quanto aos produtos, o que varia é a quantidade, alguns levam entre três a cinco produtos para as trocas. As entrevistas revelaram que uma parte dos clubes tem carta de princípios e regimento interno.

b) Nos bancos

Algumas diferenças foram constatadas, tais como:

Nos Bancos Eco-Luzia, BEM, Cocais e Quilombola de Alcântara qualquer morador pode trocar moeda e pegar empréstimo. Todavia, “é necessário ser morador a pelo menos um ano”, faz a ressalva o entrevistado do Banco Quilombola. O Banco Bem pede a “ficha cadastral que comprove ser morador da poligonal 1⁸”. Outro critério é “se o crédito for para consumo, só pegam as pessoas pegaram e estão adimplentes; para o crédito habitacional/produtivo, via agente de crédito, estudo de viabilidade e no caso do habitacional o Bem Morar discute 3 orçamentos”. O Banco Cocais ressalta que “qualquer produtor ou comerciante cadastrado pode trocar moeda social por reais caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do bairro ou município”. Além de ser morador, no Bassa, Rubem Berta e Banco Terra, é preciso “participar assiduamente das reuniões e oficinas”; “e acreditar na metodologia” (Bassa) e “ser indicado por alguma instituição, não pode ser indicado pelo vizinho” (Banco Terra).

Ser sócio da Associação é o critério de acesso para o crédito, disse o Bancart, e também “participar das reuniões e das capacitações”. No PAJU o acesso para a moeda social é ser “indicado pela associação, mas para o crédito produtivo em reais tem que tirar o cartão de crédito popular do Banco do

⁸ Poligonal - divisão administrativa utilizada no município de Vitória.

Brasil”. Neste banco, outro critério é ter um empreendimento no Distrito, mesmo que more em outro lugar, desde que participe das reuniões e discuta os problemas do bairro”. Para este banco, ainda, “tem que passar pela visita do agente e do conselho que apresenta um laudo”.

Existe semelhança nos critérios do Banco Palmas e do Eco-Luzia, como exemplo, ser morador do bairro, ter uma proposta economicamente viável, ter aval da vizinhança, “como a comunidade é pequena a gente sabe quem são as pessoas e conhece quem não é bom pagador”. Para o Eco-Luzia a pessoa “deve residir na comunidade há mais de seis meses e fazer parte dos grupos sociais e ter acima de dezoito anos de idade”.

No Banco Pire para ter acesso “é [preciso] elaborar o projeto junto ao banco sem nenhuma burocracia”; “Participar dos encontros mensais da Rede de Economia Solidária que acontecem na região mais próxima de residência ou do empreendimento a ser financiado”, além de “estar disposto a participar da construção de outro mundo possível, baseado em relações de solidariedade, preservação do meio-ambiente, valorização do trabalhador e da trabalhadora e cooperação”.

O Banco Terra apresenta duas modalidades de critérios: a) “ser entidade participante do Grupo de Gestores no mínimo há seis meses, ter assiduidade nas reuniões do grupo de gestores e estar filiado a conselhos e/ou outra entidade representativa” dos bairros de atuação da ONG; b) “ser morador da região, participar ou ser indicado por uma Instituição do bairro, ser empreendimento da economia solidária ou ter intenção de ser e ter uma proposta economicamente viável”.

Os meios de divulgação são “rádio comunitária, jornal mensal, fóruns locais, seminários, encontros”, “adesivo, banner, mídia, visitas aos comerciantes”, “sites e rádios comunitárias”, “entrevistas, panfletos, boca a boca, feira solidária, carro de som”.

Os materiais oferecidos para orientação e que explicam os critérios de acesso são os “panfletos e cartilhas”, “folheto informativo, cartaz”, “palestras,

mosquitinhos”, “fotonovela, rádio comunitária”, “publicações, cordel, e informativos”.

6.5. Espaços construídos de controle social e participação democrática

Os participantes dos clubes se organizam em grupos e se encontram em reuniões e assembléias, feiras e redes foram espaços construídos para realizar as atividades de troca/consumo e debater temas e assuntos do interesse dos mesmos - as trocas são precedidas de determinados rituais com dinâmicas, reflexões e brincadeiras. São estes os espaços onde exercem o controle social sobre as operações com as moedas e atividades diversas, as quais já foram apresentadas anteriormente.

O controle social é feito a cada atividade das trocas, de forma muito simples, os coordenadores fazem a prestação de contas e submetem para avaliação do coletivo. A estrutura administrativa dos clubes é composta basicamente por duas ou três pessoas encarregadas de guardar e atualizar o livro de registro (uma espécie de movimento de caixa da moeda social com entradas e saídas e nome de cada pessoa) de fazer convites para as reuniões, de preparar as feiras etc. Há um rodízio nas tarefas e responsabilidades.

O mesmo processo de organização social com base nas relações horizontais, observou-se entres os bancos comunitários com alguns aspectos que revelam níveis de complexidade acima dos clubes, já que os graus de participação e diversidade dos serviços são maiores, assim como a quantidade de pessoas envolvidas.

Os espaços identificados de mais freqüente participação e controle social nos bancos foram os fóruns com diferentes nomes e de maior ou menor abrangência de propósitos: “fórum com relações de vizinhança”, “Fórum de Economia Solidária, criando em janeiro de 2007 com a participação de empreendedores (as), poder público e entidades afins”, o “Fórum Econômico Local (aberto à comunidade com media de 60 pessoas nas reuniões mensais)”;

“há reuniões da Cooperativa na sede do banco e as reuniões do Fórum dos Assentados da Reforma Agrária que são itinerantes nos assentamentos”.

Além de fóruns, dois bancos citaram associações de moradores, cujo controle social se dá nas “assembléias dos sócios” e na “reunião mensal onde participam em média 50 a 60 associados”.

Um banco citou o “Centro de Desenvolvimento Solidário (CDS) como o espaço de controle social e que neste centro existe o Comitê de Avaliação de Crédito formado por duas agentes de crédito da comunidade, um representante do CDS e um técnico de entidades de apoio”.

A “base de controle social” para outro banco “é o grupo de gestores, que promove o controle social natural da comunidade”. O mesmo banco apresentou diversas outras formas de controle, como “conselho de administração, a relação com a prefeitura, com o Instituto Palmas e tem também o apoio ao ‘Ponto do produtor’” que são espaços de controle social.

Dois bancos previram a constituição de conselhos formados com a participação de representantes da comunidade, do poder público local, entre outros.

Uma única experiência declarou difícil o controle social. Segundo a entrevistada “não existe no momento”, o que há são “reuniões e assembléias da associação dos moradores”. Disse ainda, que o espaço de participação “pontual é nas feiras”.

Os entrevistados e entrevistadas declararam de uma forma geral que “os moradores do bairro (produtores, comerciantes e usuários da moeda)” “empreendedores (as) de economia solidária que aderiram à moeda social”, participam, também, da gestão dos bancos divulgando e fazendo circular a moeda e “contribuindo com críticas, sugestões e avaliações”.

6.6. Estrutura administrativa e as funções observadas

A realidade dos clubes, pelo que já expomos, apresenta uma forma muito simples de estrutura e por isso, quase não existe uma divisão de trabalho com funções específicas. Nos clubes, tivemos relatos de funções rotativas que são de coordenar as trocas em cada ocasião que ela ocorre e de guardar o livro de registro.

As informações quanto aos bancos revela uma estrutura e uma divisão de trabalho, inclusive, com hierarquias, mas não buscamos informações sobre remuneração e tipos de contrato. Frente ao número de pessoas envolvidas e funções, a Sondagem identificou três situações entre os bancos que revelam portes diferentes, mas com funções bem similares. A primeira situação refere-se a um grupo composto por cinco bancos que conta com mais de dez até vinte trabalhadores e trabalhadoras nas atividades; a segunda, um grupo composto por quatro bancos que possui até três pessoas envolvidas na administração; e a terceira situação, um banco é administrado por uma ONG e não conta com nenhuma pessoa da associação de moradores ou mesmo da comunidade. Um banco não respondeu esta questão.

Nas duas primeiras situações foi relatado o trabalho de voluntários, chegando, inclusive, em um banco, a ser a forma predominante, bem como, trabalhadores cedidos por outras instituições (públicas) que não é prática da maioria.

As funções exercidas pelas pessoas em geral são na primeira situação: de agentes de crédito ou analista, caixas, coordenador geral, gerente financeiro ou executivo, auxiliar administrativo, técnico em desenvolvimento comunitário, gestores de fomento, agente de fomento e coordenador técnico; e, na segunda situação as funções: gerente ou coordenador, analista de crédito e caixa. Esta

descrição é genérica e não quer dizer que todas as funções existem em um mesmo banco, principalmente na primeira situação, onde determinadas funções podem ter nomenclaturas diferentes.

6.7. A operacionalização dos bancos e os benefícios para os usuários das moedas sociais e suas localidades.

6.7.1. O lastro da moeda e o controle

Com exceção de um banco que não utiliza equiparação de moeda social com a oficial, todos os demais estabelecem o cálculo de valor em moeda social igual ao real. Uma equiparação entre R\$ 1,00 (um real) igual a 1(uma) moeda social. Assim, “só é emitida uma quantia de moedas se ela tem equivalência em reais (lastro); a moeda social retroalimenta um fundo rotativo”. O lastro da moeda social é separado do fundo rotativo que empresta em reais.

Este procedimento é representativo dos demais que seguem a metodologia credenciada pela Rede dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, a qual utiliza a equivalência em reais para a moeda social. O controle das moedas emitidas e trocadas é feito através de uma planilha, na qual é registrada a numeração de cada moeda social.

A formação do lastro é o resultado de doações, as quais já nos referimos no primeiro item do capítulo 3, e também, em alguns casos, a partir de juros e correção de empréstimos em reais que retornam ao fundo rotativo.

A aquisição da moeda pelos participantes se dá em quatro modalidades.

a) através do câmbio (troca do real por moeda social) – o que é “vantajoso, pois o comércio dá desconto para transações com moedas sociais” e podem ser utilizadas para o consumo de bens e serviços, inclusive para aquisição de produtos de construção;

b) por empréstimo em moeda social – pode ser utilizado para o consumo de bens e serviços, inclusive para aquisição de produtos de construção e para a produção, em menor proporção;

c) através da comercialização de produtos nas lojas de economia solidária, na qual cada empreendedor ou empreendedora ao receber o valor comercializado, tem vinte por cento em moeda social;

d) por meio de projetos para o consumo, feitos na sede do banco [em bancos que já têm lojas ou mercadinhos e em suas sedes].

As duas primeiras modalidades são praticadas pela grande maioria dos bancos comunitários.

A formação do lastro da moeda nos clubes revela formas diferentes entre os mesmos e com os bancos. Nos clubes não se verificou uma preocupação com a equiparação à moeda oficial. Em geral, afirmam que há uma equivalência de R\$ 1,00 para 1(uma) moeda social quando vão definir o preço do produto. Mas não existe nos clubes movimentações com a moeda oficial, pois não existe câmbio de moeda.

O lastro de cada clube é formado pelos produtos e serviços ofertados e trocados pelos participantes, o qual denominam de Eco-banco. O valor (preço) de cada produto acompanha de certa maneira a equivalência do mesmo no mercado, exceto para artesanato e produtos usados. Existe um processo de discussão sobre a definição do preço. Em geral não foram reveladas referências técnicas ou políticas para calcular o valor da moeda social. O preço do produto que é levado para o clube como lastro e para troca há uma aproximação com o custo da matéria-prima e insumos utilizados para a produção dos mesmos. Compreendemos que nesses casos a referência acaba sendo a moeda oficial e os estabelecimentos comerciais, sejam pequenos ou grandes.

Apenas um clube explicou que o valor da moeda social “tem como lastro o valor correspondente ao trabalho representado nos produtos que cada participante leva para a feira de troca”, embora este clube, também tenha afirmado “que no primeiro encontro solicitamos que as pessoas levem o equivalente a R\$ 5,00 para que as primeiras moedas sejam distribuídas de forma mais igualitária”. O entrevistado do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS, nos antecipou que esse é sempre um ponto de grande discussão e desafio entre os clubes de troca, desde o seu surgimento no Brasil e particularmente no Rio de Janeiro – o estado pioneiro entre os clubes. O valor da moeda social, segundo Robson, já teve como referência o valor da hora de trabalho calculada a partir do critério utilizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos - DIEESE para definir o

salário mínimo no Brasil: “a gente dividia o salário mínimo por horas de trabalho e achávamos no *site* do DIEESE o valor do tupi. Era bem polêmico. Na época dava em torno de R\$ 8 a 10 reais a equivalência para 1 tupi”.

Para a formação do lastro (ou na primeira participação de uma pessoa nas trocas) da moeda social em um clube de troca são levados produtos e ofertados serviços, como já nos referimos anteriormente. Em alguns clubes são três produtos e em outros cinco, entre estes pelo menos um deve ser feito pela própria pessoa. Nas reuniões seguintes cabe a cada ‘prossumidor’ (produtor – consumidor) trazer produtos e administrar suas moedas para que sempre participe das trocas. Em um outro clube, foi explicado que a pessoa recebe o equivalente aos produtos e serviços que leva para as trocas, mas tem um limite de até 100 moedas sociais. As trocas são feitas diretamente com cada pessoa que produz e ela recebe a moeda e também faz suas compras. Há uma dinâmica, a moeda é deixada no lugar do produto de acordo com o preço de cada um para favorecer as trocas de todos simultaneamente. Os membros dos clubes discutem o fato de muitas pessoas de uma mesma família (e até crianças) receberem a moeda social e isso já ter acarretado problemas, pois a moeda ficou presa pela ausência de outros membros da família. Isso fez com que alguns clubes definissem que a ausência a partir de um ano deve acarretar em redistribuição das moedas dos faltosos.

As práticas no Brasil revelam uma aproximação maior com as experiências dos LETS – Local Exchange Trading System canadenses e aos trueques na Argentina que têm uma relação com a moeda oficial e em geral utilizam a moeda social como complementar, do que aos SEL – Système d’Exchange Local franceses que utilizam outra referência externa como horas de trabalho para calcular o valor da moeda social.

O controle do lastro varia em cada experiência dos clubes. Algumas fazem planilhas, têm um livro, outras, simples anotações do nome do produto no lastro e seu valor. Em todas há uma preocupação de não acumular moeda social. Quando isso ocorre, a pessoa que tem muita moeda social, inclusive acima de um montante que varia de clube para clube, ela passa muitas trocas sem levar produtos e assim, esta pessoa só pode gastar sua moeda. Um clube

explica como se dá o controle: “quando termina a troca, a moeda restante é devolvida ao Eco-banco. Ninguém fica com moedas. No encontro seguinte é contado e visto o saldo de cada pessoa. No final se conta o que cada um trocou: é o saldo”. Tudo é feito com muita naturalidade e descontração.

Os empréstimos feitos em moedas sociais e em reais pelos bancos comunitários têm prazos diferentes para devolução: os prazos menores são para devolução da moeda social, que variam entre um até seis meses. Um banco dá um prazo entre um a dois meses para o retorno dos empréstimos, sem fazer diferença entre as moedas. Mas, com a moeda oficial “a quantidade de parcelas pode ser negociada”. Desta forma o que determina a cobrança de juros é o prazo e o valor do empréstimo (em reais). Ilustramos com alguns exemplos colhidos das experiências: “sem juros, com dois meses para pagar, com valor inicial equivalente a no máximo R\$ 300,00 (trezentos reais)”; “são seis meses para empréstimos de R\$ 500,00 (quinhentos reais), acima disto e até R\$ 1.000,00 (mil reais), são dez meses para devolver”; “empréstimos de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) são vinte e quatro meses”.

Os clubes não emprestam no mesmo sentido que os bancos emprestam a moeda social. Nos clubes, como relatado, o Eco-banco é formado pelos produtos e serviços de seus participantes “prossumidores”. A moeda social ali retida e/ou em circulação é restrita àqueles membros inscritos. O Eco-banco apenas guarda os valores.

Fica claro que as experiências visitadas utilizam um meio circulante em papel. Existem experiências que já utilizam cartão, mas não é o predominante. Em termos operacionais, Haroldo Mendonça (Senaes) e Marusa Freire (Banco Central), ao serem entrevistados pela Sondagem, estão mais de acordo com o uso de cartão ao invés de moeda cunhada em papel como meio circulante, pois tendem a considerar de maior controle e maior acessibilidade. Seria de bom termo não começar a definir qual o melhor meio circulante do ponto de vista operacional e sim priorizar o debate sobre o reconhecimento da moeda social, e deixar estes aspectos para serem determinados pelos bancos comunitários e clubes de troca que irão operacionalizar em consonância com a cultura e tecnologia de gestão.

6.7.2. Taxas e juros

A grande maioria dos bancos informou que não são cobradas taxas de juros para as movimentações com as moedas sociais. Mas, um banco informou que “somente na troca de moeda social por reais é deixado 1% do valor para o banco”; e outro banco empresta a moeda social com taxas para que não venha a faltar e a acumulação (com os juros) é aplicada de acordo com as decisões do comitê de crédito. Porém, a Sondagem não teve respostas sobre prazos e taxas de juros operadas por este banco.

Observa-se uma variação de taxas para o empréstimo em moeda oficial, bem como a variável finalidade do crédito determina o percentual. Mais uma vez, tomaremos alguns exemplos como ilustração: um banco apresenta uma variação de taxas de juros de acordo com a finalidade do crédito: “0,5% produção, 0,75% habitação e 1% a partir do 2º empréstimo” – a menor taxa de juros entre as experiências visitadas; outro banco também faz distinção de taxas de juros: “1% a 2,5%, sendo 1,5% ao mês (crédito de R\$ 300,00 – trezentos reais) para reforma de moradia, para consumo; fora da comunidade, é 1%” ao mês”. Acrescenta que “quanto maior o empréstimo maior a taxa de juros”. Cinco bancos cobram 2% de taxas de juros para empréstimo, um banco cobra 3% ao mês para qualquer valor em reais solicitado, e, ainda, outro banco informou que nos empréstimos acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a taxa de juros é de 4% ao mês.

O processo para liberação de empréstimo segue um percurso que vai da solicitação, que tem uma relação direta com os critérios de acesso, passa pela realização de um cadastro do solicitante, é feita uma visita, em geral, pelo agente de crédito e a análise tem um parecer deste agente e em alguns bancos pelo comitê de crédito, ou grupo de gestão e até do conselho.

6.7.3. A inadimplência e como ela é resolvida na experiência dos bancos

Os entrevistados e entrevistadas consideraram inadimplência quando são passados 30 dias além do prazo estipulado para o pagamento. Quanto à inadimplência com a moeda social, quatro bancos estão sem inadimplência; um com 10% e outro com 15%. Um entrevistado informou que a inadimplência no total (para as duas moedas) é em torno de 20%.

Com relação à inadimplência com a moeda oficial: um banco apresentou “a taxa de 0,02%”, ou seja, quase nada; dois apresentaram uma taxa de 2,5% a 3%; outro uma “variação entre 5 a 6%”; um apresentou uma taxa de 40%; três não responderam e um banco estava iniciando suas atividades não se aplicando a questão.

Para a Sondagem, o mais significativo é a atitude de negociação e compreensão sempre presente pelos bancos, pois esta é a questão que torna clara um outro tipo de relação já referida, que assente na relação primária, na qual importa o vínculo social entre as pessoas, como foi relatado numa série de procedimentos como: enviam carta, fazem visita as pessoas e acompanham os empreendimentos. Um entrevistado chegou a relatar que “negocia, divide e pode receber em produto”, mas quando nada disso resolve, “a associação paga. Estamos no risco calculado. A associação recebe dez centavos por operação de correspondência bancária, que serve para cobrir a inadimplência”.

Constatou-se que os bancos comunitários querem saber os motivos que levaram à inadimplência, como na visão deste entrevistado: “se a falta de pagamento for por má fé é feito um controle social onde a vizinhança cobra primeiramente; caso não seja resolvido, o caso é posto em assembléia e depois anunciado na rádio local, mas se o problema for por desemprego, problemas de saúde, o banco negocia e parcela a dívida”. O que se pretende “é observar o que está acontecendo com a pessoa [...] buscar a pessoa para que ela pague [...] não excluir a pessoa”. Em último caso, “a gente apresenta uma lista [dos inadimplentes] nas reuniões da comunidade e coloca no mural”. A mesma atitude foi relatada por outro entrevistado: “quando não cumprem o prometido, não se tem acordo e nem conversa, nós lançamos o caso para a plenária (comunidade) e a própria comunidade trata de conversar e tentar resolver”. Só em último caso, expõe um banco: “o nome vai para o SPC”.

Apenas um banco recorre a este sistema. Três bancos não responderam esta questão.

Estes depoimentos demonstram que o controle da inadimplência é realizado no sentido de consolidação das relações sociais⁹. Desta forma, o que se pretende é manter a atividade em funcionamento, pelo significado que ela tem e menos de prejudicar os usuários, no sentido mercantilista. Todavia existem regras, acordos e controle social, como o relato deixa transparecer.

6.7.4. A movimentação das moedas

Em 2006, cinco bancos movimentaram R\$ 260.527,00 (duzentos e sessenta mil e quinhentos e vinte e sete reais). No mesmo ano, três destes bancos movimentaram 14.200 em moedas sociais, ou seja, é visível uma maior circulação em moeda oficial.

Em 2007, a experiência se generaliza entre o uso do real e da moeda social para todos, com exceção de um banco, que não forneceu esta informação. Neste ano, em dez experiências há uma movimentação no valor de R\$ 656.341,38

(seiscentos e cinqüenta e seis mil trezentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos) e, no mesmo ano, informaram o movimento de 58.585 em moedas sociais (cinqüenta e oito mil quinhentas e oitenta e cinco mil moedas sociais). Uma movimentação de moedas quatro vezes maior que o ano anterior, embora também tenha crescido o número de bancos. Todavia o volume em reais é infinitamente superior ao de moedas sociais.

Diante disto, consideramos tomar como base para históricos destas experiências o ano inicial de 2006, uma vez que apresenta informações mais concretas para a análise. Os bancos comunitários têm uma concessão de crédito com limite informado de 30 mil reais. O papel do banco comunitário é de um agente que cadastra e analisa as propostas. Este procedimento, feito por agentes da própria comunidade, minimiza os riscos de análise, sendo

⁹ FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004.

altamente compensador para o banco tradicional mas de resultados questionáveis para os bancos comunitários, uma vez que não é facultada a eles a definição das taxas de juros a serem aplicadas, podendo desestruturar as experiências no longo prazo.

6.7.4.1. Os projetos apoiados de geração de trabalho e renda pelos bancos comunitários

Os projetos apoiados pelos bancos, abaixo descritos, revelam diferentes alternativas de produção de bens e serviços (na agroecologia e no beneficiamento de pequenos animais, de roupas, higiene, artísticos culturais, de decoração, de moveis entre outros), constituindo bens econômicos e simbólicos. Esta produção é realizada por indivíduos, famílias e grupos. Alguns são cooperativas, associações e empresas sociais. Tal realidade apresenta uma relação entre a circulação das moedas para a produção e da moeda social para o consumo em geral, independente da origem da produção e do estabelecimento comercial e dos serviços. Isto é, a moeda social circula para além dos empreendimentos apoiados pelos bancos.

Quadro 5 - Projetos apoiados por bancos comunitários e seus participantes

Banco	Projetos apoiados	Objetivos principais	Forma de organização
Palmas	Palmafashion, Palmalimpe, Palmanatus, Bairro Escola de Trabalho, Batepalmas, Loja Solidária.	Gerar postos de trabalho na comunidade, garantir acesso a serviços de qualidade de forma sustentável e solidária, promover o desenvolvimento local, capacitação.	A maioria é grupo produtivo informal.
Eco Luzia	Hortaliças nos quintais; Galinha caipira, material de limpeza; miudezas, comércio de roupa íntima, insumos para a plantação de caimã (mandioca).	Produzir na comunidade e gerar trabalho e renda.	Familiar
BEM	Bem construir, Bem decorar, Bem limpar, Bem nutrir, Bem arte madeira, Bem arte moda.	Geração de trabalho e renda	NR
Terra	Terra Fashion, Terra Zine, Terra Limp, Terra Internet Center, livraria, peixaria,	Trabalhar grupos de jovens, ensinar uma profissão, incentivar a criação de pequena empresa; promover	Grupos

	fabricação de lingüiças etc.	cursos técnicos e de cidadania, apoiar e fomentar os empreendimentos tecnicamente e financeiramente.	
Pire	Artesanato, Pirê limpeza, PirêVest, prestação de serviços, alimentação.	Geração de trabalho e renda, apoio à comercialização.	Grupos informais e micro empresas cooperadas
Bancart	Feira de Anual Artesanato (MissiArt); Agrofloresta (apoio a construção do banco de sementes) e a compra coletiva de produtos	Divulgar o artesanato local e introduzir novas alternativas de trabalho, por ex. a plantação de hortaliças.	Familiar e Individual
PAJU	Pajulimp, comércio, serviços, confecção.	Geração de renda	Empresa social (grupo); micro empresa e indivíduos.
Quilombola de Alcântara	Empreendimentos agrícolas e urbanos.	Geração de trabalho e renda	Associações e grupos informais
Bassa	Merenda Escolar	Gerar trabalho e renda para os assentados.	Cooperativa

Fonte: Entrevistas diretas para a Sondagem – 2007/08

6.7.4.2 – o volume de recursos movimentado pelos clubes

A grande maioria dos clubes não quantificou o volume dos recursos movimentados ao ano. Os clubes não têm a prática de fazer essa soma. O uso dos recursos em reais que retornam (se for o caso) é destinado para manutenção das feiras, pagamentos de diversos serviços, promoção de outros eventos e compra de produtos para formar o lastro.

A declaração do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – Cefúria, organização que presta assessoria à maioria dos clubes no Paraná considera que:

“os recursos monetários não são o que mais pesam como valores no clube de troca [...] Nossa avaliação dos grupos é muito mais por sua caminhada e evolução em participação comunitária, formação político-cidadã e seu empoderamento na transformação social de sua realidade através dos princípios da economia popular solidária”.

6.7.5. O retorno dos recursos para os bancos comunitários

Mas se os recursos retornam, o que os bancos fazem com ele? A grande maioria (oito) disse que os recursos são destinados para retroalimentação do financiamento. Identificou-se dois tipos de fundos: um que é de cada organização da sociedade civil, que é maioria, e outro que está no âmbito da municipalidade, portanto são públicos.

Apenas dois bancos apresentaram resposta diferente das anteriores e informaram que é “utilizado para pagamentos dos custos operacionais (água, luz, telefone) e manter a instituição”.

É importante frisar que alguns bancos são muito recentes e ainda não tiveram este retorno.

As respostas revelam duas questões: uma majoritariamente preocupada com a capacidade de manutenção dos bancos e na rotatividade do fundo para os empréstimos; a outra está mais atenta à permanência do banco.

6.8. O acompanhamento e a capacitação

Quatro bancos falaram acerca de um acompanhamento técnico realizado por agentes de crédito. Entre estes, dois bancos utilizam um “plano de investimento que já diz no que é para usar o crédito”, deixando entender um certo monitoramento entre o que foi solicitado e o que é aplicado pelo usuário; um banco não informou a periodicidade, mas dois disseram realizar o acompanhamento a cada trinta dias, embora para o crédito agrícola “espera-se mais tempo para as visitas”, afirmou um deles.

Um entrevistado informou que existe “uma comissão de avaliação”, mas “o acompanhamento, também é feito pela diretoria e diariamente o acompanhamento é feito pelo coordenador”. Um banco informou que pretende fazer o acompanhamento “através de encontros com a equipe do Centro de

Referência da Assistência Social (CRAS)”. Tal declaração revela uma relação com ações da Política de Assistência Social e por sua vez, do perfil do usuário do banco. Todavia, sete bancos não explicitam nestas respostas o acompanhamento aos usuários (a metodologia e os objetivos). Percebe-se, ainda, certa confusão entre controle das operações e o acompanhamento na perspectiva de apoiar os usuários em seus projetos.

Dois bancos forneceram informações mais amplas sobre o objetivo do acompanhamento: “traçar caminhos comuns para atender todas as demandas e dificuldades dos empreendedores que procuram o apoio do banco”; um banco também informou que além das visitas que podem ser semanais ou mensais, convoca “todos os empreendedores e empreendedoras para participarem dos encontros de formação da Rede no município”. Outro banco “reúne a coleta de informações feita pelos agentes, durante as visitas, e leva para o debate com os gestores locais e os técnicos, de 15 em 15 dias para criação e implementação das melhores alternativas de sucesso”. Dois bancos não responderam a esta questão.

Foram identificados três tipos de capacitação: 1) capacitação solidária; 2) capacitação técnica; e 3) capacitação técnico-gerencial interna. O primeiro tipo de capacitação, realizada apenas por um banco, é feita pelos próprios agentes do banco através de palestras sobre economia solidária; o segundo se concentra na gestão dos empreendimentos e na aprendizagem de habilidades e técnicas de produção e gestão e é praticada por sete bancos. Nesta, encontramos em quase todos, a presença de parceiros como SEBRAE e universidades, prefeituras municipais e governos estaduais, entre outros, assim como técnicos convidados pessoalmente para realizar as capacitações; o terceiro tipo, diz respeito à capacitação interna dos agentes e gestores dos bancos, é praticada por nove bancos. Esta modalidade de capacitação é quase sempre oferecida pelo Instituto Banco Palmas.

A capacitação realizada por cinco clubes está voltada para habilidades como culinária (bolos, pão, doces etc), material de limpeza, reciclagem e artesanato. Também são realizadas palestras e oficinas sobre a economia solidária. Quatro clubes realizam atividades de capacitação através de reflexões sobre temas

diversos, debates sobre a própria experiência das trocas, fazem avaliações sobre as práticas de consumo. São experiências informais cotidianas nas reuniões e encontros. Quatro clubes informaram que não realizam capacitações.

O material de orientação utilizado por seis clubes é uma cartilha de orientação das redes de trocas global; por três clubes é a sua carta de princípios; entre três há a utilização de guia de orientação específico, de cartilhas correspondentes aos temas de cada etapa da escolinha, textos de apoio para as reuniões mensais dos animadores, conforme demandados pelo grupo e que ajudem aprofundar o conhecimento e a prática da economia solidária e folhetos de explicação. Os outros três clubes restantes declararam não ter material de orientação.

Com relação à divulgação foram encontrados com mais frequência a comunicação pessoal boca a boca junto aos moradores, na escola e aos amigos,

folders e folhetos seguidos de panfletos, mosquitos e convites, cartaz, carta aos moradores dos bairros e nas feiras e nas praças, Internet (blog, correio eletrônico e sítios), telefone, rádio comunitária.

Alguns clubes organizam com periodicidade atividades culturais e lazer com danças, palestras, de almoços comunitários, festas comemorativas de aniversário e de datas significativas, bingos, rifas, apresentação de vídeos seguidos de debates sobre economia solidária ou outros temas.

6.9. A mobilização de recursos

Alguns clubes recebem esporadicamente doações de material de apoio externo, como já foi relatado. Existe uma mobilização por espaços físicos para a realização de reuniões, feiras, rifas e almoços. Em geral são espaços de amigos no bairro (salões, garagens etc), associações comunitárias, escolas públicas, centros sociais de prefeituras, salão de paróquias e de organizações não-governamentais.

Atualmente existe um movimento em alguns clubes para a mobilização de recursos financeiros seja através de produtos gerados pelos próprios membros dos clubes e trocados com outros clubes e população em geral, como é o caso, por exemplo, da iniciativa de um clube com a produção¹⁰ de sacolas de pano para substituir as de plástico, ou através de doação e venda de material reciclável coletado junto aos moradores.

A capacitação externa junto às instituições é mobilizada através das Prefeituras - visando a formação profissional e para suporte ou assessoria das Universidades-, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no âmbito do Programa Nacional de Incubadora (PRONINC); ou mesmo junto a captações em empresas privadas, inclusive bancos.

Outros clubes também estão se “estruturando para elaborar projetos para entidades parceiras e governamentais como Petrobrás, Eletrosul e Governos Estaduais”.

Este movimento é explicado por um clube: “o clube de troca por ser um empreendimento informal e de cunho comunitário, pois é a comunidade que toma iniciativa de sua organização e oferece toda estrutura necessária para seu funcionamento, não demanda, para sua prática, recursos financeiros externos. Porém, à medida que o grupo vai se organizando e se estruturando como empreendimento solidário surge a necessidade de fomento”.

Oito bancos comunitários, entre os onze entrevistados, captam recursos financeiros do Estado, seja através da Senaes, do Banco Popular do Brasil (PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado/MTE), do Banco do Nordeste do Brasil, da CAIXA, de prefeituras municipais, do incra, da Petrobrás e até de assembléia legislativa.

¹⁰ Para esta produção o grupo relatou que: “duas pessoas do próprio clube emprestaram o dinheiro para compra do tecido e uma outra confeccionou. Com o dinheiro (Real) da venda foi pago o trabalho da costureira e o restante fica numa caixa do clube – Eco-banco. A venda em reais é só para pessoas fora do clube”.

Mobilizam recursos de cooperativas, de ONGs, de empresas privadas, inclusive bancos, de instituições do sistema S (Sebrae, Senai, Senac, Sesi e Sesc), doações de pessoas físicas e da cooperação internacional.

Este capítulo apresentou como os bancos e clubes desenvolvem suas experiências desde as formas e critérios de acesso, ao controle social e os mecanismos e ferramentas de gerenciamento e coordenação.

Os dois tipos de experiências utilizam de forma diferente a moeda social. Nos bancos a movimentação predominante é com a moeda oficial, verificando-se o contrário com os clubes. Todavia, a moeda social é utilizada por todos de forma complementar à moeda oficial.

Ficou evidente a participação direta de grupos e segmentos sociais que se lançam para criar e gerir ações que vêm ao encontro de suas necessidades de consumo, de produção e de pertencimento à sua comunidade, ao bairro ou ao município e mesmo vencer as barreiras institucionais, para além destas territorialidades.

Em cada clube de troca e banco comunitário as condições de trabalho são únicas e determinam as condições de gestão do empreendimento, por isso é importante considerar a heterogeneidade das formas de gestão com base nas relações de trabalho, do que vislumbrar modelos que não emergem da cultura dos que realizam as atividades.

Se existe certa racionalidade, principalmente entre os bancos comunitários, esta não se rege pela dimensão puramente mercantil, ou da eficiência econômica como um fim em si mesmo¹¹, se verifica a oferta de serviços de interesse público, nos quais se observa a mesma característica dos Fundos Solidários¹² que ora atuam com “predomínio da lógica distributiva (não-mercantil), característica também e não por acaso da atuação do Estado, ora da lógica da barganha, da preocupação com o retorno e a rentabilidade dos financiamentos”¹³.

¹¹ KRAYCHETE, 2007, p. 36-37.

¹² Ver Relatório de Sistematização dos Fundos Solidários. Ibase e Cordel, BNB, 2008.

¹³ PINTO, 2006 citado no Relatório de Sistematização dos Fundos Solidários. Ibase e Cordel, BNB, 2008.

Há uma dimensão política nos objetivos e como são realizados os pactos e regras de convivência e obrigações frente à organização da economia local em que se inserem os grupos e segmentos sociais, onde as movimentações da moeda no Eco-banco (nos clubes) e nos bancos comunitários complementam atividades de produção, comercialização, distribuição e redistribuição, principalmente ao atuarem em territórios e participarem de diferentes cadeias produtivas.

As práticas revelam, ainda, e, sobretudo, a construção de novos saberes e conhecimentos que podem ser denominados de tecnologia social, e isso não se transfere com treinamentos uma vez que é o resultado da construção de uma sociabilidade, por isso, são singulares.

Assim, derivam da intenção de reunir uma nova forma de circulação monetária como estratégia de desenvolvimento local solidário através de espaços públicos de proximidade nos quais a oferta e a demanda dos serviços é pactuada entre usuários (os clubes) e entre usuários e operadores (no caso dos bancos) e se regem por um princípio recíproco (dar, receber e devolver) que visa estimular a circulação de bens e serviços nas comunidades e perpetuar as relações sociais com base na confiança e na solidariedade¹⁴. Tais ações não se confundem com a economia privada e nem com a economia pública, revelam uma propriedade social e autogeridas, o que não quer dizer que não se tenha verificado fontes diversas de recursos provenientes do Estado, da economia privada (empresarial) e de doações da sociedade civil e mesmo via o trabalho voluntário.

A Sondagem identificou que existe um provedor externo aos bancos e clubes que contribuíram para a formação de um lastro – mais nos bancos que nos clubes – e que os emissores são os gestores que realizam todo o processo com autonomia. Esta relação entre provedores e emissores da moeda é muito importante, pois pode ocorrer uma tentativa de subordinação pelo provedor, que nas experiências - objeto desta Sondagem -, não se envolvem diretamente nas atividades dos bancos ou clubes. As taxas de juros para o crédito em reais

¹⁴ FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004; CORAGGIO, 2007.

chamam atenção pelo fato de sua equiparação às taxas praticadas pelos bancos oficiais, e até maiores que o Pronaf (7% ao ano), por exemplo. Todavia, menores que a maior parte das operações de microcrédito que estão na média dos 3% a 4% ao mês.

Neste processo de movimentação das moedas sociais a grande questão poderá ser como investir e/ou poupar a moeda oficial. Ela vai para o banco oficial? Continuará a ser utilizada nos empreendimentos, independente de ser de economia solidária? Assim sendo, a acumulação não continuaria a correr para a economia mercantil (nos estabelecimentos comerciais privados) e para a economia pública (nos setores financeiro e tributário) e menos para a economia solidária? Estas respostas são construções que parecem relacionadas aos parâmetros de uma possível normatização pelo Banco Central e nas relações de parcerias com os bancos oficiais e privados. Assim, nos remetem às reflexões sobre a dimensão política das regras e da institucionalidade econômica, submetidas às disputas das correlações de forças existentes na sociedade pela hegemonia.